

UMA HISTÓRIA DE PLANEJAMENTO DOS TERRITÓRIOS UNIVERSITÁRIOS

A STORY OF PLANNING THE UNIVERSITY TERRITORIES

Fabricio Ribeiro dos Santos Godoi¹

RESUMO

O tema deste artigo é o território ocupado pelas universidades, com relação aos aspectos de planejamento, enfocando as instituições da Europa e Estados Unidos desde o fim do século XIX até o fim do século XX. O objetivo é estudar os problemas de planejamento desses territórios e entender suas relações com a cidade, a partir de uma revisão bibliográfica, resgatando iniciativas históricas e alguns questionamentos que podem ser colocados no período atual. Apresentamos, portanto, esse percurso histórico com vistas a apresentação de algumas perspectivas contemporâneas quanto ao planejamento de territórios universitários, assunto de particular importância para as instituições que praticam pesquisa e existem sob gestão pública.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade; territórios universitários; planejamento territorial; história do planejamento.

ABSTRACT

The subject of this article is the territory occupied by universities, in relation to planning aspects, focusing on institutions in Europe and the United States from the end of the 19th century to the present time. The objective is to study the planning problems of these territories and understand their relationship with the city, based on a bibliographic review, rescuing historical initiatives and some questions that can be raised in the current period. Therefore, we present this historical journey with a view to presenting some contemporary perspectives regarding the planning of university territories, a matter of particular importance for institutions that carry out research and exist under public management.

KEYWORDS: university; university territories; territorial planning; history of planning.

¹ Arquiteto da Divisão do Espaço Físico da Prefeitura do *Campus* Fernando Costa da USP, em Pirassununga/SP e doutorando do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP, em São Carlos/SP.

1 INTRODUÇÃO

“A vida mudou muito, nas últimas décadas. Não adianta discutir a universidade só internamente, ou só articulada com o mercado, como tanto se vê. Pretendo levar a sério a ideia de que as mudanças continuarão sendo, pelo menos por algum tempo, um fator decisivo em nossa experiência de vida. Disso, o que decorre para o ensino universitário, para a pesquisa, para a ligação que o *campus* mantém com a sociedade? (RIBEIRO, 2014, p. 16)”.

O estudo dos lugares onde as universidades se situam é objeto de pesquisas desde o fim do século XIX. Alguns autores, como Gaines (1991) e Muthesius (2000) classificam os espaços universitários como categorias únicas de ocupação do território, cuja análise deve se fundamentar por princípios artísticos (Gaines) ou por sua inovação no sentido da utopia, não apenas de algo inatingível, mas como objetivo da ação prática dos envolvidos na produção do objeto (o espaço da instituição universitária e a universidade em si) (Muthesius).

A universidade ocupa um lugar, que – pelo menos em tese – deve ter as características adequadas para motivar e favorecer o pensamento. Atualmente tratam-se de espaços complexos, já que para realizar pesquisas em todos os campos do conhecimento são precisos lugares com muitas especificidades, variando desde laboratórios bastante complexos, bibliotecas multi midiáticas, espaços para apresentações experimentais, entre tantas outras atividades – inclusive as mais corriqueiras. É, portanto, um lugar que difere sensivelmente dos demais lugares de concentração de pessoas, sejam as cidades, suas partes ou as áreas não urbanizadas.

O objetivo deste artigo é estudar as questões particulares de planejamento dessa categoria, os territórios universitários (GODOI, 2017). A abordagem se mantém no campo da história da arquitetura e urbanismo. Ressalte-se, ainda, que esse artigo é derivado de uma pesquisa maior sobre territórios universitários. O título a seguir reúne a revisão bibliográfica, que na metodologia adotada fundamenta a análise sobre a história de planejamento físico-territorial dos territórios universitários, que constituem o corpo principal do artigo, reunidas sob o terceiro título. No final, seguem algumas considerações finais.

2 REVISÃO: PLANEJAMENTO DOS TERRITÓRIOS UNIVERSITÁRIOS

Os autores principais que tratam do tema são Richard Dober, Stefan Muthesius, Paul Turner e Thomas Bender. Além deles, outros autores que lidaram com o tema são Thomas Gaines, Perry Chapman, Daniel e Ginger Kenney e Jonathan Coulson com Paul Roberts e Isabelle Taylor. No Brasil, há o livro de Esther Buffa e Gelson Pinto, além de alguns textos

mais específicos, que tratam de períodos determinados ou de instituições em específico, entre os quais a história do Campus da USP no Butantã, de Neyde Cabral.

Richard Dober foi um arquiteto norte-americano, projetista e planejador, cujos clientes em sua maior parte foram instituições de educação de nível superior. Seu trabalho o destacou a ponto de tornar-se a maior referência em planejamento de espaços universitários, sendo convidado para proferir palestras ao redor do mundo. Seu título de 1963 (*Campus Planning*) é a primeira obra de grande alcance no tema. Trata-se de um manual com três partes.

A primeira parte inclui uma visão geral do tema, um histórico de planejamento físico universitário e um texto com conceitos gerais. A segunda parte trata de componentes isolados de um campus universitário e a terceira trata dos componentes de um plano. Essas duas partes provavelmente são precursoras do seu título posterior (*Campus Landscape*). O livro tem grande repercussão e é citado em diversas obras presentes nesta bibliografia. A introdução é essencial para a compreensão do que os autores norte-americanos consideram como “planejamento físico”, bem como a indissociabilidade desta com o “planejamento financeiro”. O texto de 2000, nas palavras do autor, é “um livro que oferece informações, ideias e instruções sobre planejar e projetar um espaço verde que situa, serve e simboliza a educação superior”.

Em nossa opinião, é um manual muito bem organizado sobre tópicos que compõem uma paisagem típica de campus universitário (conforme a terminologia original), com exemplos, imagens, gráficos, diagramas, etc. Organiza-se em duas seções: uma com os determinantes da paisagem (como clima, vegetação, etc) e outra com a taxonomia de projeto. Essa taxonomia se divide em: criando um lugar distinguível; promovendo encontros; espaços; jardins, lugares para educação, entretenimento e iluminação; marcos do lugar e objetos do usuário. Resumidamente, é um manual, escrito pelo nome mais conhecido em planejamento de campus universitário, com atuação no país que é precursor nesse tipo de espaço.

O inglês Stefan Muthesius é professor honorário da Universidade de *East Anglia*, onde foi docente nas áreas de história da arte e da arquitetura e produziu copiosa bibliografia². Seu título de 2000 (*The Postwar University: Utopianist campus and college*) é livro de importância inquestionável no tema. O autor traça um detalhado histórico de realizações no período pós-guerra, contextualizando as práticas e vinculando as ações no espaço físico com as discussões pedagógicas e institucionais em voga em cada país e momento descritos. Sua pesquisa é uma verdadeira busca pelos critérios que permitam o desenvolvimento de um campus “utopianista”

² Filho de Hermann Muthesius, figura chave da arquitetura alemã no princípio do século XX, integrante da *Deutscher Werkbund* e entusiasta do movimento *arts and crafts*.

– ou seja, um lugar que mire a utopia, mas factível.

O norte-americano Paul Venable Turner é professor emérito na Universidade Stanford, onde lecionou história da arte e da arquitetura. Seu título de 1984 (*Campus: An american planning tradition*) venceu o prêmio de melhor livro de história da arquitetura no ano de seu lançamento. É o maior autor de publicações sobre o assunto. Além das diversas obras publicadas, redigiu palestras, capítulos de livros, artigos, etc. No título de 1984 reconta a história dos territórios universitários nos Estados Unidos (com introdução contextualizada geograficamente), com base em extensa pesquisa historiográfica. Esse texto é citado por vários dos autores aqui referenciados.

Thomas Bender é professor de história medieval na Escola de Artes e Ciências da Universidade de Nova Iorque (NYU). É estudioso de história das cidades e coordenou uma conferência internacional sobre a relação entre cidade e universidade por ocasião do centenário da NYU, em 1986. Tendo como referencial a história cultural, essa conferência foi depois transposta para o formato escrito e apresentada como livro (*The University and the City: from medieval origins to the present*). Reúne artigos que são referência para o estudo da relação entre universidade e cidade.

Thomas Gaines foi um historiador de arquitetura norte-americano, cuja fama se deve principalmente ao título “*The Campus as a Work of Art*”. O autor argumenta que campus universitário é um tipo de produção humana que pode ser comparada às obras de arte e procura estabelecer quais seriam as características principais que um campus universitário deveria possuir para ser classificado como tal. O texto é construído com base em estudos de casos e análises de lugares específicos, na maioria das vezes fazendo uso de estudos comparativos. O material apresentado é relevante por causa desses exemplos e estudos, já que o objetivo do autor, além de defender a ideia de que campus são obras de arte, é estabelecer um ranking dos melhores campi – a título de curiosidade a lista é liderada, na ordem, por Stanford, Princeton, Wellesley, Colorado, Indiana em Bloomington, Evergreen, Columbia, Mount Holyoke, RIT, SUNY em Albany.

Perry Chapman foi outro autor praticante, tendo consolidado sua vida profissional em um escritório de arquitetura e planejamento. Como poucos, reuniu teoria e prática. Por exemplo: sua abordagem de integração entre campus, natureza e cidade aparecia em seus projetos e em seu título de 2006 (*American Places: In Search of the Twenty-First Century Campus*). Dirigia-se ao trabalho em bicicleta, até sua aposentadoria. Centraliza seus esforços em uma visão que recentemente ganha muita força no meio acadêmico dos Estados Unidos: a compreensão que o

espaço físico da instituição representa muito mais do que o lugar onde as atividades acadêmicas acontecem, mas também é o lugar onde o aprendizado se confirma, as memórias dos estudantes se fixam e a identidade da instituição se consolida. Invocando a tradição norte-americana em campus universitário, o autor reúne argumentos para ajudar na composição de uma proposta para o campus do século vinte e um. Aborda, por exemplo, a questão da relação entre o espaço físico e o espaço virtual; a participação da comunidade no processo de planejamento; a internacionalização da universidade; a era do empreendedorismo; e dedica uma parte do livro para a questão ambiental.

Coulson, Roberts e Taylor são arquitetos, funcionários de dois importantes escritórios ingleses. Juntos escreveram um título em 2011, denominado *University planning and architecture: The search for perfection*, publicação que é dividida em duas partes: a primeira é um histórico do ambiente universitário (aqui denominado “campus”), com foco nas experiências mais inovadoras e pioneiras não apenas no campo da arquitetura, mas principalmente no arranjo espacial do campus em si. A segunda parte é um compêndio de estudos de casos de campus universitário ao redor do mundo, com breve histórico da instituição e uma explicação dos motivos que permitem aos autores afirmarem que o campus é um caso de sucesso, reunindo características inovadoras no âmbito da arquitetura e urbanismo.

Há outros títulos e autores que escreveram sobre o tema e que poderiam estar presentes nesse pequeno compêndio, no entanto essa pequena seleção nos parece incluir os textos essenciais que explicam a história do planejamento de territórios universitários.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE PLANEJAMENTO FÍSICO-TERRITORIAL

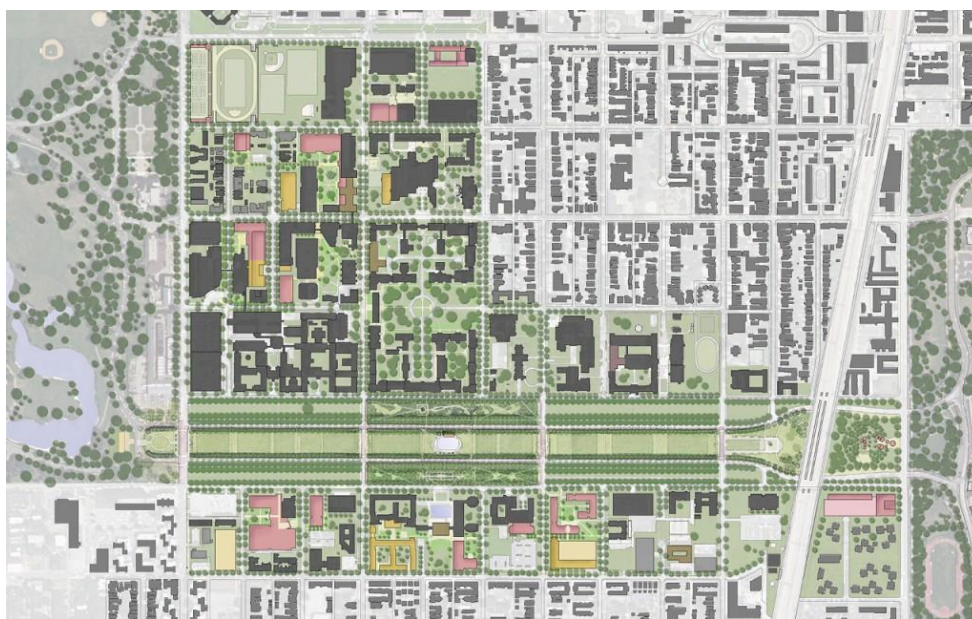
Na introdução de “*University and the City*”, Thomas Bender (1988, pg.4) escreve uma bela frase que relaciona a universidade e a cidade e suas mútuas influências, em especial em tempo de crise. Ele afirma que, algumas vezes, a universidade foi salva da crise pela dinâmica que a circundava (na cidade), enquanto em outras oportunidades a universidade oferecia um foco e um princípio de coerência para a vida cultural da cidade. Para a cidade há vasta produção intelectual sobre as questões de planejamento físico. Porém não são muitos os trabalhos que relacionam o planejamento físico com a universidade.

Turner (1984) apresenta os primeiros textos referentes ao planejamento dos territórios universitários, datados de 1897 a 1903. Durante o processo de transformação que as universidades norte-americanas passaram, fundindo o antigo modelo (*colleges* e implantação

no campo ou periurbano) com o modelo humboldtiano, alguns autores argumentavam que essas instituições não poderiam mais ser compostas por edifícios isolados sem qualquer conexão entre eles, tanto do ponto de vista arquitetônico quanto do ponto de vista urbano. Assim surge o planejamento dos territórios universitários – pelo menos de maneira *intencional*. Esses argumentos reproduziam os termos “arte” e “unidade”, além de ressaltarem a importância da “cultura” e do “aprendizado” entre os valores da sociedade daquele país. Além disso há a preocupação administrativa, ou “como” gerenciar espaços tão diversificados e com finalidades tão variadas.

Mas, de maneira geral, a principal preocupação dos articulistas da época era predominantemente formalista e visual. Os planos globais (*comprehensive plans*) compreendiam, basicamente, uma lista de demolições e a progressiva construção de edifícios de determinado estilo arquitetônico criando eixos e pontos focais, dentro de uma cultura imersa no movimento “*City Beautiful*” (TURNER, 1984, pg. 164 e MUTHESIUS, 2000, p. 25). Um exemplo de plano desse período para uma instituição nova é a Universidade de Chicago (figura 1). Situada a 11 quilômetros da área urbanizada naquele tempo, foi integralmente projetada para um período muito amplo, em uma área de proporções igualmente amplas (COULSON, ROBERTS e TAYLOR, 2011, pg.159). Além disso, a cada vez maior participação de instituições públicas no ensino superior daquele país ensejou a maior influência de visões políticas no planejamento dos espaços.

Figura 1: Universidade de Chicago (Campus Master Plan)



Fonte: <http://www.nbbj.com/work/university-of-chicago/>

Após a segunda grande guerra a instituição universitária se transforma e populariza-se, servindo como um centro de desenvolvimento de tecnologia e tornando-se mais acessível para maiores parcelas da população. O desenvolvimento da tecnologia exigia flexibilidade nos espaços físicos, o que os velhos modelos arquitetônicos não poderiam oferecer. E o crescimento demográfico exigia novos sistemas construtivos, cujos prazos de construção pudessem ser muito menores e seriados. Esses dois problemas, flexibilização dos espaços e sistema construtivo “racional”, foram abordados pelos arquitetos e urbanistas do modernismo desde seus princípios, ainda nos anos 1920 e 1930. Um terceiro problema foi a popularização do automóvel individual na sociedade norte-americana, que impactou de maneira crucial o planejamento dos territórios universitários. A priorização da relação entre leito carroçável e edifício contra a relação calçada e edifício é o aspecto mais visível da sociedade do automóvel individual.

Figura 2: Illinois Institute of Technology



Fonte: <http://chicago.curbed.com/2015/3/27/9981636/iit-architectural-history>

Os primeiros exemplares de territórios universitários modernistas nos Estados Unidos são resultado da chegada dos professores da Bauhaus, a famosa escola alemã fechada na ascensão Hitlerista. Walter Gropius foi convidado para ser docente em Harvard em 1937, onde desenvolveu um *master plan* e alguns projetos de arquitetura; e Mies van der Rohe foi para o

Illinois Institute of Technology (IIT), para ser docente e, também, autor do planejamento físico da instituição (e do projeto da faculdade de arquitetura), conforme figura 2. Walter Gropius tentou invocar o modernismo europeu sem romper com a tradição do *american campus*, especialmente quanto a relação entre arquitetura e as questões socio-pedagógicas (MUTHESIUS, 2000, pg.33). Já Mies van der Rohe, a partir de 1940, no IIT, projetou 20 obras em um plano base quadriculado em uma base de 24 x 24 pés (o equivalente a aproximadamente 7,30 x 7,30 metros), típico do modernismo da Bauhaus, modular e geométrico (ADELYN PEREZ, 2010).

Ainda mais importante do que as características tecnológicas ou formais dos espaços construídos, foi a diferente concepção sobre como proceder para atender essas novas demandas impostas no pós-guerra. Os profissionais arquitetos e urbanistas deixaram de ser exclusivos no processo de confecção dos planos de territórios universitários. Profissionais de outras áreas, como administradores, sociólogos e engenheiros foram encorajados a tomar parte nos planos, contribuindo para uma visão menos formalista dos planos. Dados como crescimento demográfico, número de matrículas, planos acadêmicos e matrizes financeiras passaram a ser primordiais para o planejamento dos territórios universitários, ao lado da topografia, dos estilos arquitetônicos e a disposição das edificações (TURNER, 1984, pg.266). O uso do *zoning*, desde as primeiras décadas do século utilizado em planejamento urbano, também se torna recorrente (MUTHESIUS, 2000, p. 25). Essa mudança no modo de planejar é reflexo da modernização da gestão do território, que progressivamente se profissionaliza. Na maioria das instituições, sai da esfera de influência acadêmica e passa a compor uma esfera administrativa.

O manual de Richard Dober, escrito em 1963 e referência utilizada ao redor do mundo até os dias de hoje, é uma relevante prova dessa nova abordagem. Richard Dober foi consultor da *Educational Facilities Laboratories Inc.*, apoiada pela *Ford Foundation* para aprimorar o planejamento de territórios universitários, e sócio da *Dober, Walquist and Harris Inc.*, empresa de consultoria. É dividido em três seções. A primeira é uma introdução histórica e a explicação geral de como utilizar o manual, na qual define que programa mais projeto é o planejamento em si; e que o plano deve ter uma representação física, como um mapa. A segunda parte trata dos componentes de um campus, como edifícios de ensino, bibliotecas, museus, edifícios de pesquisa, centros de vida extracurricular, habitação, instalações esportivas, circulação, estacionamentos e facilidades. A terceira parte organiza esses componentes, tratando do crescimento do campus, a organização para o planejamento, levantamento de dados,

zoneamento, renovação de campus pré-existentes, e o plano em si (DOBER, 1963).³

O propósito do plano, cuja fase final é denominada *Final Development Plan*, ou Plano de Desenvolvimento Final, seria estabilizar a estrutura projetual geral; estabilizar o controle de planejamento e projeto das edificações a construir no futuro e identificar os edifícios a projetar na primeira fase de implantação do plano. Entre os exemplos apresentados (Dober faz a ressalva que eram muito recentes, apenas parcialmente implantados), alguns planos possuíam nível de detalhe superior ao citado “controle de planejamento e projeto de edificações a construir no futuro” (DOBER, 1963, pp. 289-307). Destaca-se ainda menções na organização social da população, por exemplo, na separação da moradia dos estudantes solteiros e casados. E há grande destaque para a importância da presença do verde, de jardins em geral. Sobre a arquitetura, Dober relativiza a importância dos “estilos”, mas tem certo destaque o modernismo (enquanto mero padrão estético). Há uma relativa separação entre arquitetura e planejamento.

Outra questão ascendente no pós-guerra foi a efetividade dos planos globais ou *comprehensive plans*. Os dirigentes questionavam a dificuldade de executá-los na íntegra; a rigidez formal; e a pouca flexibilidade tanto do plano quanto das edificações previamente desenhadas (algumas vezes com décadas de separação entre plano e execução). Por esses motivos a prática de planos globais foi gradualmente substituída por uma prática cuja ênfase seria determinar os “princípios para o futuro crescimento”, permitindo que a instituição evolua, mas guiada de maneira mais orgânica, menos rígida. Turner, por sua vez, cita Joseph Hudnut, que introduziu a arquitetura moderna em Harvard. Resumidamente, em 1947, Hudnut entendia que a universidade é um organismo crescente, que em parte se apoia no passado e em parte no futuro, jamais estando completa (TURNER, 1984, p. 260).

Essa nova concepção, mais aberta e permissiva, coincidiu com um momento de grande expansão das universidades. Diversas instituições realizaram obras inovadoras, de grande escala e qualidade quase indiscutível. Arquitetos do porte de Alvar Aalto (figura 3) e Eero Saarinen, no *Massachusetts Institute of Technology* e na Universidade de Chicago, Louis Kahn e Gordon Bunshaft, em Yale, SOM - Skidmore, Owens and Merrill, na Academia da Força Aérea dos EUA e na Universidade de Illinois em Chicago (ambas influenciadas por Mies Van der Rohe) apenas como exemplos, erigiram algumas de suas principais obras nesse contexto. Para Turner, em uma visão conservadora, esse período modernista é uma espécie de retorno às

³ É importante informar que Dober não era exatamente um modernista. Ainda que assuma características desse movimento, como a racionalização construtiva, também tem influência de Kevin Lynch e Gordon Cullen, em design urbano. Ambas as influências são perceptíveis em sua publicação *Environmental Design* [DOBER, R. P. *Environmental Design*. Nova Iorque: Van Nostrand Reinhold, 1969].

origens do padrão norte-americano, anterior aos primeiros textos sobre planejamento de territórios universitários e ao formalismo do padrão *City Beautiful*. Já Muthesius (2000, p. 28) lembra que a “arquitetura de edificações” é incongruente ao modernismo e isso pode denotar uma certa submissão dos arquitetos a um nível inferior, no qual participariam apenas de maneira subsidiária do desenvolvimento da universidade⁴.

Figura 3: Projeto residencial de Alvar Aalto para o MIT



Fonte: <http://www.atmos.albany.edu/geology/webpages/sunyageo.html>

Figura 4: Modelo digital do módulo da Universidade de Nova Iorque em Albany



Fonte: <http://www.atmos.albany.edu/geology/webpages/sunyageo.html>

Obviamente há exceções. Por exemplo, o “*Campus Uptown*” da Universidade do Estado

⁴ Nos Estados Unidos a função de arquitetos está tradicionalmente separada do planejamento, que configura uma outra atividade e profissão. O autor questiona por que no caso dos territórios universitários, por sua escala ser intermediária entre o planejamento e o desenho urbana (este sim função de arquitetos), essa posição subsidiária é típica do período – e essa visão do autor é crítica aos arquitetos.

de Nova Iorque em Albany, foi projetado por Edward Durrell Stone em 1963. Construído em menos de cinco anos para abrigar dez mil estudantes, teve como princípio construtivo a repetição de um módulo de 41 centímetros de lado (figura 4), mas ocupando um único terreno, sem acesso para veículos e com edifícios que não se diferenciam conforme o uso, algumas vezes verticalizados (MUTHESIUS, 2000, pg.44). Um evidente exemplo de planejamento global, extemporâneo.

Do período modernista resultam instituições muito maiores do que os antigos *colleges* que deram origem ao modelo norte-americano de ensino superior. Em alguns casos instituições agrupavam populações enormes, de dezenas de milhares de pessoas. Em contraponto a essa realidade, algumas experiências foram realizadas para reunir características positivas do antigo modelo (como a proximidade do aluno com seus pares, o senso de responsabilidade sobre o território, etc) e as vantagens advindas da grande escala (TURNER, 1984, p. 281 e MUTHESIUS, 2000, pp. 49-52). Essa possibilidade também não foi fundamentada simplesmente por questões formais ou urbanísticas, mas também administrativas e acadêmicas. As instituições menores permitem um melhor acompanhamento dos alunos, oferecendo-lhes mais liberdade; permitem a formação de uma mentalidade menos competitiva; e a formação de um corpo cultural mais denso.

Figura 5: Universidade da Califórnia em Santa Cruz



Fonte: <https://www.shiksha.com/studyabroad/usa/universities/university-of-california-santa-cruz-campus>

Nesse contexto ainda se inclui uma revalorização do contato com a natureza, em uma perspectiva preservacionista, já premeditando a difusão do termo sustentabilidade. Os melhores exemplos são as expansões e novos territórios da Universidade de Califórnia, e mais especificamente o Campus de Santa Cruz (figura 5). As estratégias adotadas eram, principalmente: o zoneamento; a adoção de *clusters* que dividiam o mesmo uso em fases de implantação sem ampliações de edificações; a priorização da escala humana na atividade projetual; o melhor aproveitamento das paisagens. Muitas dessas características são retomadas do ideário da cidade-jardim, e não apenas seus aspectos de circulação, estéticos ou formais, mas também suas estratégias de crescimento (MUTHESIUS, 2000, p49).

Finalmente, as questões pedagógicas e institucionais também se cambiaram no período. A adoção das universidades norte-americanas pelo modelo organizacional alemão resultou na criação de “*Liberal Arts Colleges*”, que agrupavam cursos de humanas, por exemplo. Essas unidades universitárias se caracterizam por uma significativa liberdade na escolha dos currículos pelos alunos. Outro exemplo eram algumas instituições ou unidades que pregavam grande democracia na gestão, como em *Bennington College*. Apesar dos movimentos sociais de revolta dos anos 60, com grande impacto na Europa e América Latina, terem difusão extensa nos Estado Unidos, ali não houve uma reforma universitária propriamente dita. As universidades deste país, segundo Muthesius, viviam constante reforma e se ajustavam às necessidades sociais e mercadológicas constantemente, além do desejo reformista ser sombreado pela dicotomia entre a realidade elitista da universidade e sua busca ideológica por igualdade (MUTHESIUS, 2000, p.18).

A questão que Muthesius coloca, referindo-se ao caso norte-americano, é que o discurso recorrente no meio dos arquitetos no fim do período de expansão (até os anos 1970's) era bastante fechado e chega a citar Turner para comprová-lo. Segundo ele, há uma ênfase exagerada no campo da arquitetura, eclipsando a importância de outras abordagens, como o plano físico (planejamento) e a própria missão da instituição. A compreensão dos educadores sobre a arquitetura também negligenciava as possibilidades da arquitetura. Nesse aspecto, coloca a práxis norte-americana em patamares inferiores à prática europeia (MUTHESIUS, 2000, p.56).

Em oposição a essa realidade, o planejamento das novas universidades inglesas partia de uma interpretação da vida do estudante não apenas em suas práticas acadêmicas, mas também em vários outros aspectos de sua vida. O estado de bem-estar social vigente nos anos 1960 em boa parte da Europa (e na Grã-Bretanha) previa o aprimoramento da educação e o

acesso à universidade como parte de sua proposta de inclusão social, sob uma perspectiva de superação de paternalismos e oferta de igualdade de condições para os jovens (MUTHESIUS, 2000, p. 86).

A solução adotada para a configuração espacial destas novas universidades foi tipicamente urbana, mesmo considerando que as sedes estavam situadas fora dos perímetros urbanos (mas próximas a eles). Ainda que identificáveis como unidades de planejamento, os territórios universitários receberam abordagens integrais, mas com diferenças frente aos projetos modernistas norte-americanos: o zoneamento e a separação de funções foram evitados. Em partes, essa abordagem se diferenciava pela absorção da crítica às *new towns* inglesas do pós-guerra, como a baixa densidade e a monotonia das paisagens. Outros aspectos demarcaram o período: o planejamento das massas edificadas nos moldes de centros urbanos, a pedestrianização, a relação do todo com a cidade que o envolve, adoção de plataformas ou pontes etc.

O resultado dessas composições assemelha-se com pequenas cidades, ainda que não utilizem tal denominação (“cidade universitária”). Com relação ao contato dos novos territórios universitários com a cidade ao redor, é preciso definir sua situação suburbana. Por dois motivos as universidades não se instalaram exatamente no centro urbano: a visão ainda predominante de um lugar idílico e arborizado (ainda que muito mais densamente edificado que as contrapartes norte-americanas) e, mais importante, a pré-existência de alguma grande edificação histórica para sediar a administração. Ademais, uma boa localização poderia ser útil para atrair o melhor estafe acadêmico (MUTHESIUS, 2000, p. 96).

Os arquitetos que projetaram as novas universidades não eram especialistas em projetos dessa natureza. Aliás, tal especialidade só era disponível nos Estados Unidos, pois ao redor do mundo os planejadores de cidades, em geral, seriam os profissionais mais qualificados ou indicados para esse tipo de intervenção. Uma característica daquele país é que a figura individual do arquiteto não necessariamente se destacava como o “artista” inspirado, produzindo então uma arquitetura comprometida socialmente – o que é uma tradição desde Raymond Unwin, por exemplo, utilizando um design legível para a média da população, construída velozmente e, principalmente, reduzindo sobremaneira os custos da implantação da obra. Ideias previamente definidas foram denunciadas. A relação entre arquitetura e urbanismo foi renovada, pelo menos naquele contexto nacional (COULSON, ROBERTS e TAYLOR, 2011, p.170). Todas essas características se identificam nos projetos das novas universidades inglesas (figura 6) (MUTHESIUS, 2000, p.106).

As críticas surgiriam no contexto das manifestações de maio de 1968. O que seriam justamente características positivas e almeçadas pelos fundadores das novas universidades inglesas foi também apontado como fatores que permitiram a insurgência: a densidade caracteristicamente urbana e a arquitetura modernista. De acordo com os críticos contemporâneos, esses territórios não permitiam a perfeita vida em comunidade, uma vida integral, mas apenas a impessoalidade e a produtividade nas atividades acadêmicas (COULSON *et al*, 2011, pp.180-181). Considerando a grande parcela dos estudantes que residiam nesses territórios, a crítica até que pode ser válida, mas a comparação com a vida nos bairros de classes sociais inferiores nas cidades ou em bairros suburbanos distantes do centro (tal qual essas universidades) mitiga sobremaneira a validade da crítica. Ademais, os tempos também mudavam: o Estado de bem-estar social estava em crise. Muthesius (2000, p. 182) define que “...we deal systematically with the correspondences between utopian hopes in housing and town planning and utopianism in university planning. The same parallels apply to the negative story.”⁵

Figura 6: Universidade de East Anglia



Fonte: <https://www.fivemarchaunts.co.uk/post/uea-campus-tours-2020>

⁵ Em tradução livre: “lidamos sistematicamente com as correspondências entre os desejos utópicos em habitação e planejamento urbano e utopianismo em planejamento universitário. O mesmo paralelismo se aplica à história negativa”.

Com relação às novas universidades alemãs pós-reforma universitária, pelo menos naquelas “de massas” (como Bochum, Regensburg, Konstanz e Bielefeld), algumas estratégias comuns podem ser identificadas: grandes áreas edificadas interligadas por espaços de convivência e compartilhamento de atividades; um grande auditório ocupa o centro do território (*Auditorium Maximum*) e a implantação é suburbana, em grandes áreas arborizadas (figura 7). Gravitando ao redor dessas áreas de convivência se situam as áreas de usos específicos, como os institutos e faculdades (MUTHESIUS, p. 225-246).

Figura 7: Universidade de Bochum



Fonte: http://www.ruhr-uni-bochum.de/bilder/index_en.htm

Sobre as universidades francesas, a crítica de 1968 também recaiu sobre o espaço físico. Em primeiro lugar, sobre a rigidez das recentes expansões, construídas sob um conceito modernista axial e de pouca flexibilidade. Em segundo lugar, a falta de conexão com a cidade, os centros comerciais, etc., transformando os territórios universitários em “bolhas” que voltavam-se para si mesmas. Não diretamente relacionado ao espaço, mas com implicações sobre, havia também a crítica sobre a falta de processo participativo no planejamento dos territórios universitários e da própria instituição. Essas críticas foram parcialmente atendidas pelo Estado (as universidades francesas são estatais).

Destaca-se como solução ímpar a proposta para a Universidade de Paris - Tolbiac, de 1972, que concentra todas as atividades para quase sete mil estudantes, em um edifício de vários pavimentos situado em lote urbano, de 5000 m² (MUTHESIUS, 2000, pg. 265). Importa destacar que a crítica era por maior “urbanidade” nos territórios universitários, e a própria

existência dos protestos tinha na origem esse afastamento da cidade. O curioso é que após uma série de experiências, tanto de um modelo de planejamento que seria tipicamente francês quanto por modelos influenciados por experiências alemãs ou inglesas, há um retorno ao mais antigo arranjo de territórios universitários: o modelo urbano, concentrado em um único edifício situado em área urbana adensada, em meio à trama urbana (figura 8). Um modelo, portanto, essencialmente medieval, mas que incorpora experiências do último século, reunindo novamente cidade e universidade.

Figura 8: Universidade de Paris - Tolbiac



Fonte: <https://structurae.net/de/medien/15992-centre-pierre-mendes-france-90-rue-de-tolbiac-paris>

A diversidade de soluções possíveis no período pós-reforma também demonstra a atualidade da discussão sobre o tema. Revistas de arquitetura abordavam o projeto de territórios universitários, até em matérias de capa. Estilos se sobrepunham uns aos outros, sendo que algumas vezes os edifícios universitários e o planejamento desses territórios eram os melhores

exemplares desses estilos. O “novo brutalismo”, por exemplo, tem entre seus principais exemplos alguns edifícios universitários (como o prédio da *Yale Art and Architecture*, construído em 1963). Verificam-se nesse estilo grandes edifícios com características escultóricas em concreto armado, que agrupavam em uma única grande massa construída todo o programa institucional. Outro arranjo estilístico, pelo menos quanto ao projeto urbanístico é sistema de redes, ou matemático. Nesse modelo o espaço é subdividido em uma espécie de grade, que direciona as possibilidades de crescimento das construções (MUTHESIUS, 2000, p. 271-272).

Finalmente, alguns aspectos presentes em planejamento após os anos 70 merecem ser destacados. Da Alemanha, o estudo do planejamento universitário criou um refinamento do processo de planejamento, subdividindo-o em estágios como o planejamento geral (*Leitplanung*) e planejamento orientado para o uso (*Bedarfsplanung*). Arquitetos argumentam que o planejamento físico não deve se fundamentar na opinião do cliente direto, já que um professor de uma disciplina hoje tem opinião diferente de outro professor da mesma disciplina amanhã. Da Inglaterra, o foco nas questões de circulação e conectividade entre os elementos individuais que compõem uma universidade conduziu a estudos muito detalhados, desenhados por meio de diagramas.

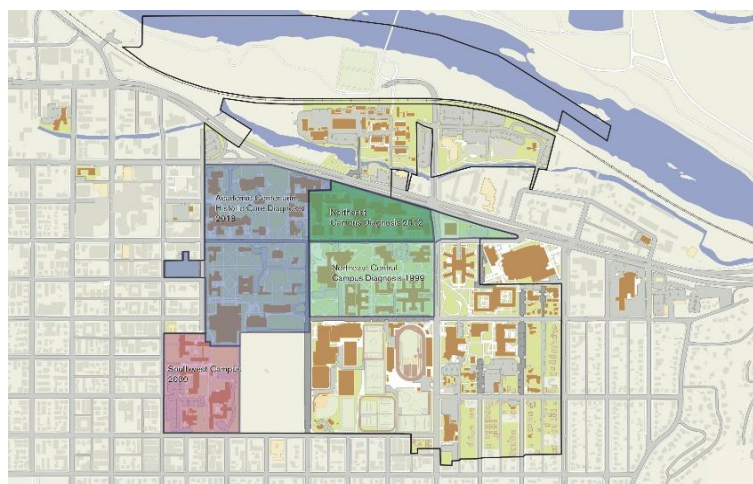
Constata-se, portanto, uma experiência de estudar o problema de maneira muito detalhada. Ressoaram no Brasil várias dessas experiências na implantação dos territórios universitários do período pós-reforma de 1968, seja diretamente por meio de consultores estrangeiros, seja pela influência dos projetos em arquitetos e administradores nacionais. Entre os consultores e a influência norte-americana, destaca-se Rudolph Atcon, que teve papel preponderante nos acordos entre o Ministério da Educação e a Aliança para o Progresso, nos anos 1960 e 1970 (PEREIRA, 2017). Indiretamente, os manuais constantes nas bibliotecas dos escritórios técnicos das Universidades podem ter impactado inúmeros projetos nesse período de adiante, realizados pelos profissionais internos desses escritórios, como o da USP, por exemplo. Mas a influência norte-americana, mais sutil, é ainda anterior, como se nota na adoção da terminologia “campus” em projetos dos anos 1950, o que foi observado por ALBERTO (2008).

As incertezas econômicas depois da crise do petróleo (primeira metade dos anos 70) reduzem as realizações em construção de novos territórios universitários. Essa situação, somada às experiências prévias descritas no parágrafo anterior, conduziu os planejadores para uma prática fundamentada nos conceitos de indeterminação e mudança. Indeterminação relaciona-

se com a consciência de que uma edificação não poderá ser planejada integralmente, já que não é possível controlar as atividades que ali serão desenvolvidas. Mudança relaciona-se com a consciência de que as atividades desenvolvidas nos espaços sofrerão alterações cada vez mais frequentes, sem a necessidade de uma eventual reforma. Essa abordagem diagramática oferece a possibilidade de planejar o espaço de forma modular, fundamentada em princípios gerais de crescimento e modificação. Portanto, pode-se afirmar que esse modelo aceita a crítica do planejamento integral dos territórios universitários e é uma alternativa ao “não-planejamento”. Exemplos de novas universidades construídas de acordo com essas abordagens são encontrados em Loughborough e na *Open University*, em Milton Keynes, ambas na Inglaterra.

Exemplos de rearranjos são a Universidade da Califórnia em Santa Cruz, com as moradias organizadas em edificações que se parecem com casas típicas da cidade. E, finalmente, o modelo francês de edificações dispostas como edificações comuns da cidade, sem a conformação de um território apartado, mas perfeitamente integrado com a cidade e, portanto, resgatando conceitos medievais (MUTHESIUS, 2000, pg. 278-280). Além da descrição de Muthesius, podemos observar, por exemplo, a Universidade de Paris 12 – Cretéil (1994), que confirma o novo paradigma.

Figura 9: Universidade de Oregon (diagnóstico de 2014, ainda sob a orientação do sistema de Alexander).



Fonte: <https://cpfm.uoregon.edu/campus-planning>

Ainda nos anos 70, atendendo tanto às demandas por maior democracia – ressonâncias de 1968 – quanto à aplicação na prática de teorias acadêmicas desenvolvidas por sua equipe em consonância com a ideia de certa indeterminação e mudança, deve ser citada a experiência de Christopher Alexander na Universidade de Oregon (figura 9). A partir das teorias definidas em

seu título “*The Timeless Way of Building*” e de procedimentos descritos em seu manual “Uma Linguagem de Padrões”⁶, Alexander e equipe coordenaram o processo de planejamento da Universidade de Oregon como modelo reproduzível em outras comunidades que tenham similaridades (único proprietário e orçamento centralizado).

Ao invés de entregar um plano diretor convencional ou um plano direcionado para o uso (como no modelo alemão) ou ainda um plano modular, a equipe substituiu esse “produto” por um “processo” composto por seis princípios. São eles: princípio da ordem orgânica, princípio da participação, princípio do crescimento a pequenas doses, princípio dos padrões, princípio de diagnósticos e princípio de coordenação. O objetivo dessa metodologia é permitir a construção de lugares mais humanos e orgânicos, resultando no modo atemporal de construir (ALEXANDER, 1978, pg.13).

Figura 10: Reforma da sala do Grupo Alexander em São Carlos.



Fonte: EESC (1984), pg. 24.

Essa metodologia teve grande repercussão, tanto nos meios de planejamento de territórios universitários como nos meios de planejamento de cidades ou parcelas de cidades.

⁶ O primeiro não foi traduzido para o português, enquanto o segundo possui uma tradução recente, lançada em 2013. A trilogia original se completa com o título “*The Oregon Experiment*”, cuja versão utilizada neste trabalho é uma tradução espanhola. A ordem de lançamento dos títulos foi invertida, entre 1973 (*The Oregon Experiment*) e 1979 (*The Timeless Way of Building*). (ALEXANDER, 1978). Sobre as obras de Alexander, ver Battaus (2014).

Os princípios participativos, por exemplo, foram incorporados em leis urbanísticas, como o Estatuto das Cidades. Vale notar que no Brasil a Escola de Engenharia de São Carlos (EESC) compôs o “Grupo Alexander” em 1984, a partir de algumas experiências anteriores e culminada com a própria presença de Christopher Alexander na cidade. Este grupo tornou-se responsável por alguns projetos participativos institucionais no campus (figura 10) e em conjuntos habitacionais na cidade de São Carlos (BATT AUS, 2004, pg. 30 e EESC, 1984). Sobre essa experiência brasileira, é importante consultar o Relatório Técnico de Pós-Doutorado de Danila Batta us (2004, pgs.207-210), que narra detalhadamente as experiências realizadas no Campus São Carlos, a partir de 1983. Dessas experiências resultaram a reforma de um laboratório, uma copa, jardins, a área de convivência do bloco B1 e circulações. O relativo sucesso de um projeto denominado “Projeto Pomar”, de plantação de árvores frutíferas em áreas sem uso, levou a experiência para fora do Campus. É importante ressaltar que o Brasil dos anos 80 não possuía qualquer experiência em projetos participativos e que vivíamos em um período ditatorial, o que confere, segundo Batta us, um caráter audaz às atividades do Grupo Alexander (BATT AUS, 2004, pg.210). Apesar do interesse de docentes da Universidade na continuidade dessas experiências, as dificuldades práticas e a constante disputa de recursos causou o encerramento do grupo após um tempo de felizes realizações.

O próprio Alexander e sua equipe ainda tiveram a oportunidade de utilizar seus princípios em outra localidade: *Eishin Gakuan*, parte do *Higashino College*, em Tóquio, Japão (entre 1985 e 2012). Nesse projeto suas ideias evoluíram e se sofisticaram a ponto de envolver, não só no projeto, mas também na construção física do objeto (o campus), aspectos ambientais, de participação social e de “sentimento humano”. Trata-se de uma abordagem que parte dos princípios participativos mas envolve uma compreensão holística do espaço, integralmente conectada com o meio-ambiente e com a dimensão humana compreendida de uma maneira mais íntima, psicológica, individualizada – sem exageros, quase ecumênica. A beleza dos espaços, seu impacto psicológico no indivíduo, é muito “importante” para Alexander, que identifica o progressivo abandono desse ideal no século XX. A frase que resume seu posicionamento mais recente pode ser a seguinte:

*The central issue of architecture, and its central purpose, is to create those configurations and social situations, which provide encouragement and support for life-giving comfort and profound satisfaction – sometimes excitement – so that one experiences life as worth living. When this purpose is forgotten or abandoned, then indeed, there is no architecture to speak of.*⁷

⁷ “O objetivo central da arquitetura, e seu propósito central, é criar aquelas configurações e situações sociais as quais promovam o encorajamento e suportem a oferta de conforto e profunda satisfação – algumas vezes até a excitação – para que uma pessoa experimente a vida integralmente. Quando esse propósito é esquecido ou

Nas últimas duas décadas do século passado – e até hoje, poderíamos acrescentar, diversos aspectos têm ampliado as interações entre cidade e territórios universitários ao redor do globo. Enumeremos alguns: 1) pressão econômica para formação dos jovens no âmbito produtivo, ou seja, diretamente no mercado de trabalho, por meio de estágios, educação continuada, etc., fazendo com que haja interação entre o ensino dentro da universidade e fora dela; 2) pressão pública para ampliação do acesso ao ensino superior, transformando as universidades em espaços mais democráticos; 3) oferta de serviços pela universidade para o público geral, por exemplo, na área de saúde pública e cultura; 4) crescimento das parcerias entre universidade e empresa na área de pesquisa, compartilhando o tempo dos pesquisadores em ambos os lugares; 5) novas práticas arquitetônicas no desenvolvimento dos edifícios universitários, integrando-os com o entorno e tornando-os mais convidativos. Esses aspectos são trabalhados por Chapman, que não nega a tradição do *campus as oasis*, mas destaca o impacto que causam na vida cotidiana da universidade, potencialmente reforçando ou minando seus valores institucionais, fator essencial em seu recorte territorial (Estados Unidos) (CHAPMAN, 2006).

Aliás, é interessante perceber o que há de comum em alguns dos mais conhecidos textos recentes publicados nesse país. Há um entendimento que o espaço físico (construído e não construído) deve refletir os valores e a missão institucionais. Por exemplo, em decisões como construir um edifício de determinada maneira ou fechar um estacionamento de automóveis individuais há um reflexo desses valores e missão, que dizem respeito não apenas ao projetista contratado. Há, também, um objetivo de criar um “senso de lugar”. Espaços convidativos, que evoquem boas memórias e reconhecimento. Edifícios ou arranjos urbanísticos que sejam perceptíveis e diferenciáveis dos demais. E há uma procura por espaços que permitam constantes mudanças institucionais, novos arranjos sociais e a adoção de novas tecnologias, tanto na arquitetura, urbanismo e paisagismo (COULSON, ROBERTS, TAYLOR, 2011, pp. 235-237; CHAPMAN, 2006, pp. 6-12; KENNEY, DUMONT, KENNEY, 2005). As ressonâncias desse modo de planejar parecem tímidas no Brasil – a adoção de critérios de sustentabilidade em territórios universitários pode ser um elemento observável, mas uma pesquisa direcionada a essa avaliação seria muito bem-vinda.

abandonado, não há arquitetura sobre a qual se falar” (tradução livre). (ALEXANDER, 2012, p. 2).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de mais de um século o planejamento dos territórios universitários tem sido objeto de ações orientadas ora pelas especificidades de seus territórios, ora mais influenciado pelo estado-da-arte da disciplina. Essa flutuação é reflexo da própria variação do entendimento que a sociedade tem da instituição universitária, ora se aproximando das questões da cidade e do cotidiano, ora se voltando para seus próprios problemas. A superação dessa dicotomia parece estar na ordem do dia, como se percebe nos textos e ações mais recentes. Todos os estudiosos dos processos de planejamento, no entanto, reconhecem os territórios universitários como lugares merecedores de olhar acurado, de demorada atenção, para que a funcionalidade não se comprometa, mas principalmente para que se configurem lugares particularmente agradáveis, para sua comunidade, em seu tempo. Essa é a lição contemporânea que se pode extrair do percurso avaliado nesse artigo, em particular para os gestores e líderes que têm o território universitário sob sua responsabilidade.

REFERÊNCIAS

ADELYN PEREZ. AD Classics: IIT Master Plan and Buildings / Mies van der Rohe. 16 maio de 2010. **ArchDaily**. Disponível em: <http://www.archdaily.com/59816/ad-classics-iit-master-plan-and-buildings-mies-van-der-rohe/>. Acessado em 23 de outubro de 2016.

ALBERTO, Klaus Chaves. A Representação de Cidades Universitárias no Brasil (1950-1960). In: X Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2008, Recife. **X Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Recife: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada - CECI, 2008. p. 1-23.

ALEXANDER, Christopher et al. *The Oregon Experiment*. Oxford: University Press, 1975. _____ . **Uma Linguagem de padrões**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

ALMEIDA PINTO, Gelson e BUFFA, Esther. **Arquitetura e educação: campus universitários brasileiros**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

BATTAUS, Danila M. A. **Processos Participativos na Arquitetura e Urbanismo de Christopher Alexander**. Relatório Técnico de Pós-Doutorado. IAU-USP. São Carlos, 2014.

BENDER, Thomas (org.) **The University and the city: from medieval origins to the present**. Oxford: University Press, 1988.

CABRAL, Neyde A. J. **A Universidade de São Paulo – Modelos e Projetos**. São Paulo: Editora da USP, 2019.

CHAPMAN, M. Perry. **American Places: In Search of the Twenty-First Century Campus**. Westport: Praeger and American Council of Education, 2006.

COULSON, Jonathan; ROBERTS, Paul e TAYLOR, Isabelle. **University Planning and Architecture: The Search for Perfection**. Oxon: Routledge, 2011.

DOBER, Richard P. **Campus Planning**. New York: Reinhold, 1963.

_____. **Campus landscape: functions, forms, features**. New York: John Wiley & Sons, 2000.

EESC – Escola de Engenharia de São Carlos. **Documentação EESC-CNDU, Grupo Alexander**. Relatório. São Carlos, EESC, 1984.

GAINES, Thomas A.. **The Campus as a Work of Art**. Westport: Praeger, 1991.

GODOI, Fabricio R. S. **Territórios universitários: o Campus em Pirassununga**. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2017. doi:10.11606/D.102.2017.tde-04092017-150031. Acesso em: 2024-01-29.

KENNEY, Daniel R.. **Mission and Place: Strengthening Learning and Community through Campus Design**. Westport: Praeger and American Council of Education, 2005.

MUTHESIUS, Stephan. **The postwar university: utopianist campus and colleges**. New Haven; London: Yale university Press, 2000.

PEREIRA, Fúlvio T. B. **Exporting progress: os norte-americanos e o planejamento do campus no Brasil**. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2017. doi:10.11606/T.102.2017.tde-04092017-105123. Acesso em: 2024-01-29.

RIBEIRO, Renato J. **A Universidade e a vida atual: Fellini não via filmes**. São Paulo: EDUSP, 2014.

TURNER. P. V. **Campus: an american planning tradition**. Cambridge: MIT Press, 1987.